

## Grande mídia mente e tenta colocar a população contra sindicatos

A grande imprensa financiada pelos grandes conglomerados mais uma vez alimenta uma grande campanha para colocar a população contra os sindicatos e suas lutas em defesa dos trabalhadores e seus direitos, criando inclusive notícias falsas (fake News) para tentar sustentar uma narrativa mentirosa da volta do imposto sindical.

Ora, segundo o próprio ministro do Trabalho e Emprego, Luís Marinho, esse tema nem está em pauta pelo governo ou mesmo pelo movimento sindical. Ainda de acordo com o ministro, o que foi decidido acertadamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) é que os sindicatos ao realizarem acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores de sua Base terão o direito de solicitar em assembleia geral que os trabalhadores remunerem a ação sindical. Para isso, a maioria dos presentes à assembleia precisarão aprovar e votar pela Contribuição Negocial.

Grande parte do movimento sindical sempre foi contra o imposto sindical, entretanto, é necessário garantir o financiamento e sustentação dos sindicatos, principalmente depois da grande campanha de desqualificação produzida contra o movimen-



to sindical brasileiro bancada pelos dois últimos governos.

“Entendemos que o financiamento sindical não pode e não deve ser compulsório, entretanto, se todos os trabalhadores tiverem ganhos com a luta sindical, nada mais justo que também contribuam para o financiamento do sindicato e isso se dará com a Contribuição Negocial”, disse o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Martins.

A população precisa saber que somente com sindicatos fortes e atuantes, trabalhadores e patrões poderão construir uma relação justa e respeitosa para todos e isso passa obrigatoriamente pelo justo

financiamento dos Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais sindicais.

“É importante destacar que somente terão direito a essa compensação os sindicatos que através de negociação com os patrões conseguirem aprovar acordos coletivos que tragam benefícios reais aos trabalhadores”, explicou José Figueiredo, diretor de formação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

Não acredite e nem ajude a difundir Fake News: como foi dito pelo próprio ministro Luís Marinho, não foi aprovado e nem é pauta do movimento a volta do imposto sindical.



## Com Bolsonaro, educação perdeu recursos e Brasil é o 3º pior país entre 42 avaliados

O Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), lançado nesta terça-feira (12), mostra que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) piorou o financiamento da educação, que já era ruim. Segundo o documento, o governo bolsonarista aplicou perto de um terço dos demais países em 2020: US\$ 4.306 por estudante, o equivalente a aproximadamente R\$ 21,5 mil. Já os países da OCDE investiram, em média, US\$ 11.560, ou R\$ 57,8 mil. Os valores são referentes aos investimentos feitos desde o ensino fundamental até a educação superior.

Segundo os autores do relatório Education at a Glance 2023, os investimentos no setor despencaram entre 2019 e 2020. Ao contrário dos demais países. Em média, na OCDE, a despesa total dos governos com a educação cresceu 2,1% entre 2019 e 2020. E isso levando-se em conta o ritmo mais lento do que a despesa total dos governos em todos os serviços, que cresceu 9,5%. Já no Brasil, sob a gestão de Bolsonaro, o investimento total do governo com educação diminuiu 10,5%.

Esse desinvestimento promovido por Bolsonaro coloca o Brasil como o terceiro pior país em nível de investimento na educação, na comparação com os 42 países avaliados. Na frente somente de México e África do Sul. Para chegar a esse resultado, os autores do relatório Education at a Glance 2023 levaram em conta dados oficiais dos países membros do grupo e de países parceiros.

### Bolsonaro distanciou Brasil da meta

“O financiamento adequado é uma condição prévia para proporcionar uma educação de alta qualidade”, diz o relatório. A maioria dos países da OCDE investe entre 3% e 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) no ensino fundamental e médio, chegando a menos 5% do PIB na Colômbia e em Israel. A porcentagem de investimento brasileira não consta desta edição do relatório.

Sobre essa medida de investimento, a OCDE faz uma ressalva: “O investimento na educação como percentagem do PIB é uma medida da prioridade que os países atribuem à educação, mas não reflete os recursos disponíveis nos sistemas educativos, uma vez que os níveis do PIB variam entre países”.

As despesas por aluno variam muito entre os países da OCDE. A Colômbia, o México e a Turquia gastam anualmente menos de US\$ 5 mil por estudante, ou R\$ 25 mil, enquanto Luxemburgo gasta quase US\$ 25 mil, ou R\$ 125 mil. Existem também diferenças significativas nas despesas por estudante de acordo com a etapa de ensino.

Pela lei do Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil deve investir pelo menos 10% do PIB em educação até 2024. Segundo o último relatório de monitoramento da lei, feito pelo Inep) em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, “bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação”, diz o texto do Inep.

### Salário de professores

O relatório da OCDE também aponta a necessidade de valorização dos professores. Segundo o estudo, muitos países da OCDE enfrentam escassez desses profissionais. “Salários competitivos são cruciais para reter professores e atrair mais pessoas para a profissão, embora outros fatores também sejam importantes. Em muitos países da OCDE, o ensino não é uma opção de carreira financeiramente atraente”, diz o texto.

Em média, os salários reais dos professores do ensino secundário são 10% inferiores aos dos trabalhadores do ensino superior, mas, em alguns países, a diferença é superior a 30%. “O baixo crescimento salarial dos professores explica, em parte, a disparidade entre os salários dos professores e os de outros trabalhadores com ensino superior”, diz a organização. Os salários legais reais caíram em quase metade de todos os países da OCDE para os quais existem dados disponíveis. Isto, segundo o relatório, segue-se a um período de crescimento salarial baixo ou mesmo negativo em muitos países, no rescaldo da crise financeira de 2008/2009.

No Brasil, também pelo PNE, o salário dos professores deveria ter sido equiparado ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até 2020. Segundo o monitoramento de 2022, os salários dos professores passaram de 65,2% dos salários dos demais profissionais, em 2012, para 82,5%, em 2021, seguindo ainda desvalorizados.

Fonte: CUT